



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1120

A HISTÓRIA PSICOLÓGICA DE LUCIEN FEBVRE E MARC BLOCH

Lucineide Demori Santos DHI/LERR/PIBIC – UEM

Solange Ramos de Andrade DHI/PPH/ LERR – UEM

RESUMO. Lucien Febvre e Mac Bloch editam obras no primeiro meado do século XX que caracterizam uma metodologia diferenciada das escolas históricas consolidadas até então, inaugurando a história problema alicerçada pela interdisciplinaridade, e pela apreensão da produção mental, ou utensilagem mental da época em recorte, construindo uma História Psicológica através da instrumentalização de categorias como Crenças, Religiões e Religiosidades. Este artigo discute através das obras *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio em França e Inglaterra*; *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*; e *Martinho Lutero, Um Destino*, a História Psicológica dos fundadores da Escola de Annales, e o papel que as Crenças exercem nessa historiografia. As referências elencadas permitem adentrar o estudo que contextualiza as obras e as insere num debate sobre a identidade da História frente as demais ciências sociais, abrindo um leque de possibilidades sobre a inovação que a História Psicológica promove à historiografia.

Palavras-chave: História Psicológica; Psicologia Coletiva; Crenças.

Financiamento: Fundação Araucária.

Introdução/Justificativa

Em 1929 Lucien Febvre e Marc Bloch, por meio da fundação da Revista de História Econômica e Social, encaminham da Universidade de Estrasburgo, França, uma movimentação historiográfica que entrou para a história com o título de Escola de Annales. As características básicas que definem esse movimento são a interdisciplinaridade, a problematização da história, e a apreensão da utensilagem mental. (DOSSE, 1992)

A interdisciplinaridade fez-se necessária para que os historiadores fundadores da Escola de Annales alargassem a pesquisa historiográfica de modo a apreender o instrumental mental da coletividade, e essa percepção foi possível a partir da problematização da história, ou seja, a partir de que os historiadores atribuem um sentido ao objeto e lhe direcionam questionamentos que oportunizam a inversão do

que se pensa sobre ele, expressando um produto inédito. Nisso consiste a ideia de inovar a historiografia, de acordo com Michel de Certeau:

Quando se é historiador, que fazer senão desafiar o acaso, propor razões, quer dizer, compreender? Mas compreender não é fugir para a ideologia, nem dar um pseudônimo ao que permanece oculto. É encontrar na própria informação histórica o que a tomará pensável. (CERTEAU, 1982, p. 107)

A inovação ocorre, portanto, no campo da metodologia. A metodologia que buscamos entender neste estudo é a História Psicológica. Elencamos referências que nos possibilitam entender a relação da História com o conceito de Psicologia Coletiva, assim como outras que contribuam para o entendimento sobre o conceito de Crenças e em qual categoria Crenças é utilizada, tanto por Febvre quanto por Bloch, nas obras que datam de 1924, 1928 e 1942.

Objetivos

Os objetivos deste trabalho resumem-se em compreender como nas obras de Febvre e Bloch as Crenças e as Religiões travam relações com uma inovadora historiografia, pautada pela interdisciplinaridade da pesquisa etnográfica e psicológica, de objetos que se apresentam, sob a pena dos historiadores, tanto como homens portadores de uma mentalidade de época, quanto como uma concepção predominante numa sociedade hierarquizada com base no sagrado. Após a leitura das obras elencadas, tecemos considerações sobre os distanciamentos e proximidades entre os dois historiadores, e o papel de ambos para a concepção de uma história total, onde o instrumental mental dá o tom da inovação historiográfica.

Resultados

Nas fontes elencadas – *Os Reis Taumaturgos; O Problema da Incredulidade no século XVI; Martinho Lutero, Um Destino* – a História Psicológica é construída pelo conhecimento das crenças vivenciadas pelas sociedades medievais e renascentistas europeias. Lucien Febvre aprofunda-se na pesquisa sobre o universo mental do coletivo através do estudo de personagens que marcaram sua época, como Martinho Lutero e François Rabelais, por serem portadores da mentalidade

encharcada pelas crenças e religiosidades que caracterizam as sociedades no século XVI da Europa Ocidental; enquanto que Marc Bloch investiga a Concepção de Realeza Sagrada Cristianíssima, perscrutando as crenças que mantiveram a ordem social no período da longa duração da História Medieval à Moderna.

Duas dessas obras – *Martinho Lutero, Um Destino*, trazida a público por Lucien Febvre em 1924, e *Os reis Taumaturgos*, que Marc Bloch editou em 1928 – são editadas durante um período em que a crise política e intelectual do pós Guerra Mundial (1914-1918) requereu dos historiadores o esforço no sentido de definir sua disciplina, de garantir-lhe a perenidade mediante uma identidade frente aos avanços da sociologia durkheimiana, e demais ciências sociais, e em resposta às mudanças nos paradigmas de interpretação da História. (DOSSE, 1992, p. 21-42).

O Problema da Incredulidade no Século XVI é um livro que explicita a maturidade tanto de seu historiador quanto da identidade que a historiografia francesa adquiriu e consolidou sob o termo História das Mentalidades, embora esse termo não tenha sido cunhado por Febvre ou Bloch. (BURK, 2010, p. 148)

Febvre publicou *O Problema da Incredulidade no Século XVI* em 1942, e partiu da crítica feita a Abel Lefranc que ao introduzir seus estudos sobre o literato François Rabelais o aponta como um ateu já no século XVI. (FRANCO JR, 2009, p. 10). Contrapondo-se aos argumentos de Lefranc, Febvre considera a atitude mental do homem do século XVI em relação à religião para expor sua visão de Utensilagem Mental. Toma, então, Rabelais como referência para o estudo das possibilidades e impossibilidades oferecidas pelo século XVI, denunciando o anacronismo e construindo uma escrita histórica que considera o instrumental mental da época abordada. (FEBVRE, 2009, p. 181)

Dessa forma, Febvre critica o conceito de incredulidade aplicado para o século XVI, critica o anacronismo na História e expõe o método com o qual trabalha, evidenciando a concepção de mentalidades expressa pelas categorias religiosas e culturais produzidas pela sociedade. (DOSSE, 1992, p. 84-87).

Para Febvre, a credulidade é a marca registrada do século XVI. Cria-se nos milagres de Deus, ou de Satã, ou ainda numa mescla entre remanescentes do paganismo com a doutrina cristã, que em alguns casos sofria uma normatização por

meio da instituição, resultando num quadro de fé pontuado pela cristianização de costumes tradicionais no seio do povo. (FEBVRE, 2009, p. 198-207) Mas, a possibilidade de não crer não estava posta para os homens antes da racionalidade iluminista do século XVIII.

Crer ou não crer: foi contra a ideia ingênua, foi contra a ideia simplista de que esse problema não tem mistério; foi contra a ideia anti-histórica de que podíamos colocá-lo para os homens do século XVI da mesma maneira pela qual temos tendência a pô-lo para nós mesmos – foi contra essa ilusão e esses anacronismos que todo este livro viu-se dirigido. (FEBVRE, 2009, p. 386)

Para esclarecer sobre o que fez François Rabelais ser entendido como um ateu, tanto para alguns de seus contemporâneos, quanto para modernistas dos séculos XIX e XX, Febvre, densa e esmiuçadamente, distingue entre o linguajar da época do literato e o modo como as narrativas são tecidas pelos homens que pensam o passado. (FEBVRE, 2009, p. 291-359) Dessa forma demonstra os engodos de uma suposta epistemologia, os enganos aos quais recorrem os anacrônicos.

Para o linguajar da época François Rabelais enquadra-se perfeitamente no perfil do artista que ao produzir sua arte, expõe a representação, seja da realidade social, dos costumes, mitos e crenças que permeiam a vida da sociedade na qual se deleita, e assim reproduz signos – linguajar zombeteiro – e como produto imediato aponta seus significados – a transição que está em curso no século XVI. (FEBVRE, 2009, p.386-394)

O que ocorre é que a narrativa também é congruente ao discurso que se produz e modifica-se conforme os interesses que a envolvem. Michel de Certeau (1982) chama isso de “Formalidade das Práticas”.¹ O discurso é uma elaboração que se faz a partir do juízo que se tem sobre o acontecimento. As práticas humanas são interpretadas e reinterpretadas e mudam de enquadramento discursivo – a forma – mediante interesses do grupo ou dos grupos hegemônicos. E a narrativa

¹ Cf.: CERTEAU, Michel de. *A produção do Tempo: Uma Arqueologia Religiosa*. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 152-164.

torna-se responsiva ao discurso a partir da formalidade das práticas. Desta feita, Febvre leva a crer que o conceito de ateu no século XVI não era o mesmo conceito de ateu que se tem no século XIX, tampouco no século XX. O ateu do século XVI era o herege, ou seja, não o que não cria, mas o que discordava. Discordar, destoar da doutrina dominante, entoar uma nova forma de crer, são atitudes que provocam o deslocamento do discurso, o qual se faz reordenado por meio da formalidade das práticas, que por sua vez, embasa a narrativa. (CERTEAU, 1982)

É com base nesse entendimento que Lucien Febvre comprova que a narrativa produzida sobre a afirmativa de que François Rabelais era um ateu conota, minimamente, um anacronismo, pois se Rabelais tivesse sido um ateu, então mais próximo da realidade seria entendê-lo um herege. Ocorre que nem herege Rabelais foi, e sim um artista que reproduziu a linguagem de sua época, que viveu os conflitos de sua época de transição, quando crença e instituição religiosa estiveram num campo de confronto exacerbado. (FEBVRE, 2009, p. 391-392)

Pensar Rabelais incrédulo é pensar anacronicamente; é não compreender a epistemologia do pós Iluminismo. Assim como é infrutífero pensar Martinho Lutero sem compreender o deslocamento que impulsionou à Igreja Católica reelaborar seu discurso a partir de que o outro, o herege, formou uma instituição, e não mais pode ser visto somente como um pecador, mas como um crente numa fé contraproducente. É não compreender a formalidade das práticas. E sem essa compreensão não se faz historiografia, pois conforme Certeau indica, a História é a escrita da História², ou seja, a historiografia é a narrativa que se cria mediante o discernimento do discurso. De acordo com Certeau é papel de historiador a inversão de juízo que se tem do acontecimento, e sobre isso Lucien Febvre demonstrou entendimento recorrendo ao “espírito” de seus objetos, ao “âmago” de Lutero, à psicologia de Rabelais, expoentes da Psicologia Coletiva do século XVI.

Retomemos *Os Reis Taumaturgos*, embora Bloch não destaque um indivíduo como personagem principal para a apreensão do instrumental mental de uma época, constrói um “indivíduo-objeto” conforme o instiga a história do milagre régio. O indivíduo-objeto de Bloch é a crença. Ele persegue a crença na cura do toque régio,

² Cf.: Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

fenômeno aparente em duas sociedades rivais, porém não antagônicas, no longo período medieval e moderno. É essa crença que porta o elemento crucial na pesquisa de Bloch: a concepção de realeza sagrada cristianíssima que endossou a história do milagre.

A crença, enquanto pertença ontológica, adquire a partir da hegemonia católica sobre os povos pagãos uma nova formalidade, enraizada a partir de ritos e símbolos que mesclam o que tornou-se lendário com o que é institucionalizado, como por exemplo, a evolução das simbologias nos ritos, desde a sacração do rei (BLOCH, 1993, p. 68-87), os instrumentos sagrados postos nas mãos dos reis como o óleo divino na Santa Âmbula trazido pela pomba do Espírito Santo (BLOCH, 1993, p. 170-188), o toque régio sobre os doentes, as palavras pronunciadas no ritual do toque, o sinal da cruz (Bloch, 1993, 92), as insígnias, a água-remédio que resultou da lavagem das mãos dos reis que tocaram doentes, a troca de metais pelos anéis medicinais, o rastejar do rei até o altar na Sexta-Feira Santa, as esmolos. (Bloch, 1993, 91-96)

Todo esse arsenal de simbologias contido no rito de cura do milagre, historicamente, expressa a sistematização de categorias provindas de crenças antigas, pagãs, e extremamente formalizadas pela institucionalização da Concepção de Realeza Sagrada cristianíssima, ou melhor, católica. Ou não é sabido que o toque de cura por mãos régias já era conhecido pelos povos considerados bárbaros, para destacar um só exemplo? Na medida em que Bloch pontua o fenômeno histórico pela interdisciplinaridade avança com a pesquisa antropológica e constrói a História Psicológica, ou seja, a história que revela o psicológico das sociedades medievais e modernas na Europa ocidental. (LE GOFF, 1993, p. 9-37)

Num compasso semelhante, a biografia que Lucien Febvre constrói sobre Martinho Lutero, na medida em que revela as angústias, sofrimentos, e regozijos do reformador, traz a luz do conhecimento os percalços de uma Religião que se viu diante da necessidade de uma reconfiguração.

A intenção de Febvre foi ir além da imagem de Lutero pintada e enunciada, analisada crítica ou apologeticamente, por todos os que historiaram sobre Lutero e a Reforma Protestante. A intenção do historiador foi compreender e fazer que fosse compreendido como se deu o desenrolar da vida de um homem que construiu uma

doutrina religiosa e constituiu-se num chefe de partido. (FEBVRE, 2012, p. 27) Novamente identifica-se o juízo atribuído pelo historiador sobre um determinado fato histórico, conforme preconizado por Certeau. (CERTEAU, 1982)

Construindo uma história psicológica, Lucien Febvre trava um diálogo entre a postura da Igreja Católica do século XVI e a Reforma Protestante que brotou de suas entranhas, liderada pelo monge agostiniano de Erfurt, através da biografia (não tida por biografia pelo autor) (FEBVRE, 2012, p.11) de um homem profundamente convertido à fé primitiva.

Essa afirmativa dada pelo termo “convertido à fé primitiva” carece de conceituação. Danièle Hervieu-Léger³ ao analisar sobre a identidade do convertido sob vários prismas⁴ oportuniza entender o quanto é profundamente psicológico o processo de interiorização de uma religiosidade, o que leva o indivíduo a um reconhecimento de si mesmo mediante o objeto de sua fé: “Converter-se é, em princípio, abraçar uma identidade religiosa em sua integridade.” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 131)

Hervieu-Léger esclarecendo sobre o papel do convertido na contemporaneidade não deixa de apontar para a construção de uma consciência sobre o “convertido”, de uma forma atemporal, considerando que todo e qualquer convertido é aquele que rompe com o que está em via contrária à sua crença e volta-se para as origens da mesma. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 108-116)

Portanto, de posse do entendimento de que o “Convertido” é o indivíduo que se reconhece mediante o objeto de sua fé, rompe com as perspectivas que são contrárias à forma de vivenciar essa fé e assume a integridade de sua crença, localizamos Martinho Lutero, na exposição de Febvre, como o convertido do coração à fé profunda nos evangelhos, e que não suporta comungar a mesma forma de vida que, na prática, vivem seus pares religiosos em detrimento da doutrina que receberam da própria instituição, no caso, a Igreja Católica. Nesse ínterim, o lugar ocupado por Lutero é o de homem de crença. Sua pertença é à Crença, antes da instituição.

³ HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino E O Convertido: A Religião Em Movimento*. Tradução de João Batista Krueuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

⁴ Ibidem, p. 107-137

Esse processo interior de Lutero, reflexo às suas ponderações sobre o que aprende e acredita e o que verifica ser praticado, tem, na escrita de Febvre o valor de o dimensionar como um homem de seu tempo, construído por meio da dinâmica de suas relações, representativo de um contexto social. *Martinho Lutero, Um Destino* traz em seu bojo não somente a biografia do monge reformador, mas os questionamentos quanto a personalidade de Lutero feitos a partir do estudo das fontes, da análise dos “luterólogos”, de modo a conjugar o que se tem a respeito da vida de Lutero com o que se vivia em sua temporalidade. (FEBVRE, 2012, p. 25-49). Marca registrada da escrita de Febvre, a rejeição pelo anacronismo, leva-o a ensejar as variadas facetas com que se construiu a imagem de Lutero, a fim de demonstrar que bem ou mal intencionada, essa personalidade não pode ser definida por um santo ou um demônio, conforme querem os que sobre Lutero fazem defesa ou acusação. Constitui-se num personagem excepcionalmente humano: mentiroso ou contraditório, orgulhoso ou concupiscente, profundamente convertido ao cristianismo ou produto do cristianismo que vivenciou através da Igreja Católica.

Lutero projetou ideias inovadoras ao século XVI ou refletiu, tal qual um espelho, as ideias inovadoras do século XVI? Questionamentos trazidos a luz de sua escrita, por meio dos quais Febvre desconstrói ora a frieza com que se demoniza o herético, ora o calor com que se santifica o reformador religioso; e essa temperança faz com que a historiografia febvreana abstraia no limite entre o psíquico e a religiosidade, de modo a apresentar-se como inovadora historiografia das mentalidades:

De outro lado, será preciso dizer? um livro como este que estamos escrevendo seria muito pernicioso se, ao oferecer uma imagem de Lutero ao gosto pessoal do autor, não oferecesse aos leitores a sensação intensa, violenta até, que muitas outras imagens, tão diversas, pretenderam descrever o Reformador, traçar seu retrato fiel e sintético, sem a palavra “certeza”, em um assunto como este, pudesse ser pronunciada senão pelos tolos. (FEBVRE, 2012, p. 49)

Não obstante, a História Psicológica está nos pressupostos de Marc Bloch, conforme François Dosse explica que na raiz do pensamento de Bloch está sua experiência na I Primeira Guerra Mundial, como soldado e como historiador. O

contato com os soldados na guerra levou Marc Bloch a perceber que entre testemunho e boatos uma falsa notícia transforma-se numa verdade acomodada ao psicológico coletivo. Assim, intrigado com o poder régio de curar escrófulas em França e Inglaterra da Idade Média até a Modernidade, põe-se à pesquisa científica resultando no grande livro *Os Reis Taumaturgos*. (DOSSE, 1992, p. 91)

Observa-se que em *Os Reis Taumaturgos* Bloch afiança que a dinastia capetíngia apoiou-se numa concepção de realeza eletiva, sagrada por ato de sagração, que garantiu a legitimidade familiar, prerrogativa com a qual a dinastia capetíngia ampliou o prodígio para além da pessoa do rei Roberto, atribuindo o poder taumatúrgico aos descendentes de sua dinastia. (BLOCH, 1993, p.58-85) Dessa maneira, o historiador demonstra que a construção no ideário da época quanto ao milagre provindo das mãos do rei foi um processo gradativo, mesclado pelos interesses políticos, pelas necessidades sociais e pela crença na ancestralidade divina da família real. A isso pode se atribuir os termos “condições objetivas” para que se fundamentasse a crença no toque milagroso dos reis taumaturgos.

Por certo, as crenças coletivas que estão na origem dos ritos curativos e explicam o sucesso destes eram fruto de um estado político e religioso comum a toda a Europa ocidental e haviam desabrochado espontaneamente tanto na Inglaterra quanto na França. Mas chegou o dia em que, nas duas margens da Mancha, essas crenças se concretizaram numa instituição precisa e regular: o “toque” régio. Foi no nascimento da instituição que a influência de um país sobre o outro pôde fazer-se sentir. (BLOCH, 1993, p. 85)

Destarte, Marc Bloch avalia que se torna possível a conformação de uma crença no modo “instituição” a partir da ação conjunta do indivíduo e do coletivo, ou seja, na História, uma vontade individual – mesmo que a de um soberano – não se impõe e se assimila para a vida de um povo se não houver uma aceitação, uma conjuração, que envolva todo o coletivo.

Sendo assim, Bloch ao analisar o toque régio nos dois países – França e Inglaterra – visualiza a ação do conjunto social. A psicologia da sociedade é impreterivelmente estudada por Bloch para entender como aconteceu em França e

Inglaterra que o conjunto da sociedade, de acordo com o grau de consciência e a posição social de cada indivíduo acomodado a sua camada social, criou, aderiu e propagou a crença no milagre de cura das escrófulas pelo toque régio. Embora o fator político estivesse presente e fosse beneficiário, existiu um grau de envolvimento que informa sobre a situação da construção mental nesse espaço e nesse tempo para as duas sociedades em questão.

Para que uma instituição destinada a atender a fins precisos indicados por uma vontade individual possa impor-se a todo um povo, é necessário ainda que ela seja sustentada pelas tendências profundas da consciência coletiva; e talvez, reciprocamente, para que uma crença um pouco vaga possa concretizar-se num rito regular, não seja indiferente que algumas vontades conscientes ajudem-na a tomar forma. (BLOCH, 1993, p. 87)

Tais considerações demonstram que a historiografia blochiana, já em 1928, expunha a normatização de preceitos culturais pela intervenção da instituição, que assume a postura de legitimar ou não práticas concernentes à sociedade. Esse tema é recorrente à conceituação de Crenças e Religiões, ou seja, a partir de um dado momento histórico, as crenças foram colocadas num terreno diferenciado – e por vezes discriminado - pela instituição que se autolegitima portadora da verdadeira fé religiosa.⁵⁵ (CERTEAU, 1982) A concepção de realeza sagrada cristianíssima confluiu à crença no milagre régio o formato institucionalizado.

Considerações finais

Reconhecendo a impossibilidade de esgotar o assunto proposto neste artigo, buscamos compreender a revelação que a abordagem dos dois historiadores fundadores da Escola de Annales trouxe para a inovação em perspectiva quanto a essência da História e sua razão de ser para o historiador. Sendo que essa revelação está contida no manejo com o qual Febvre e Bloch levantam as questões inerentes à existência humana e suas representações, construindo uma História a

⁵⁵ Cf. Enciclopédia Einaud. *Crenças*. Volume 36. Vida-Morte-Tradições-Gerações. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

partir de manifestações religiosas, que se faz Antropologia Histórica⁶, e que se faz História Psicológica⁷.

As referências que elencamos, entre as quais Jacques Le Goff, Henri Berr, François Dosse, e Peter Burke, são esclarecedoras quanto ao processo que levou à ruptura com anteriores paradigmas estabelecidos, promovendo a inovação historiográfica, assim como são imprescindíveis para entender como o manuseio da interdisciplinaridade pelos fundadores da Escola de Annales oportunizou aos mesmos nova metodologia, inaugurando o que passou a ser considerado História Psicológica, por fazerem dos estudos etnográficos e da apreensão da expressão do psicológico coletivo o objeto de suas pesquisas. Michel de Certeau, no texto estudado, conferiu o entendimento sobre as características de uma narrativa científica, o que oportunizou caracterizar os trabalhos de Bloch e Febvre referendados neste estudo como verdadeiros trabalhos científicos.

Ao traçarmos um paralelo entre as escritas de Bloch e Febvre, ao passo que cada qual demonstra seu particularismo – ou seja, Lucien Febvre persegue a Psicologia revelada pela Utensilagem Mental de uma época, enquanto Marc Bloch acentua a Pesquisa Antropológica – encontramos uma imbricação na qual ambos encontram-se: a história problema⁸.

O Universo das religiões densamente explorado por ambos os historiadores revela-se um campo minado de perspectivas inovadoras para a História, sendo que a problematização lhe é inerente, pois a ninguém é dado o juízo de enquadrar os sentimentos religiosos, os valores culturais, ou seja, o ontológico, à categorias rígidas, de modo que nem fatos passados, nem perspectivas futuras, são menções seguras daquilo que o homem é capaz de produzir, dada à alma humana estar vinculada a capacidade de abstrair, e reconstruir-se. Com base em tais ponderações podemos concluir que em Marc Bloch o essencial da História é compreender o homem em seu tempo, seu contexto, sem pre julgamento, pós deferimento, mas sim em sua complexidade, a partir da guarnição que a problematização da história lhe

⁶ Cf.: LE GOFF, Jacques. *Prefácio*. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9-37.

⁷ Cf.: BERR, Henri. *Prefácio*. In: FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-27.

⁸ Cf.: FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução Leonor M. Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 30-32.

confere. E assim também é para Lucien Febvre, que nas duas grandes obras elencadas para essa discussão, privilegia o universo psicológico de seus protagonistas como referência para o Psicológico Coletivo das sociedades em que se encerram.

Referências

BERR, Henri. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-27.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, (1929 – 1989) A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *A História Em Migalhas – Dos Annales À Nova História*. Tradução: Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora Ensaio, 1992.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

_____. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner- São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. *Prefácio*. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*. Tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9-37.